PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA

NÍVEL SUPERIOR

Procurador Municipal

EXAME GRAFOTÉCNICO:
(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

Teu povo é forte! Tua história foi escrita com bravura!

INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, sendo Língua Portuguesa de 01 a 15, Raciocínio Lógico de 16 a 25 e Conhecimentos Específicos de 26 a 40.

2. Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.

3. Confira seus dados na Folha de Respostas com os dados do Cartão de Inscrição.

4. Esta Prova tem duração de 4 (quatro) horas. Não é permitida a saída do candidato antes de transcorridas 2 (duas) horas completas, sob pena de eliminação.

5. É vedado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.

6. Certifique-se de que assinou a lista de presença e que preencheu adequadamente todos os espaços da Folha de Respostas.

7. Ao finalizar a prova, entregue ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, sob pena de eliminação.

PORTUGUÊS

Leia o Texto I para responder às questões de 01 a 06.

Texto I

Especialistas alertam sobre os impactos dos distúrbios do sono na saúde mental

O alerta é reforçado no Dia Mundial do Sono, celebrado nesta sexta-feira, 13 de março

Problemas relacionados ao sono podem ter impactos diretos na saúde mental. Por essa razão, ter uma boa noite de sono é fundamental para o equilíbrio emocional e para o funcionamento adequado do organismo. Dormir mal pode provocar dificuldades de memória, falta de concentração, irritabilidade, desânimo e até tristeza, além de aumentar o risco de ansiedade e depressão. É o que explica o neurologista do Hospital Regional de Juazeiro (HRJ), complexo hospitalar vinculado ao Governo do Estado e administrado pelas Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), Renato Leal. O alerta é reforçado no Dia Mundial do Sono, celebrado em 13 de março, data que chama atenção para a importância de uma boa noite de descanso.

De acordo com o especialista, diversos distúrbios podem comprometer a qualidade do sono. Entre os principais estão a insônia, caracterizada pela dificuldade para iniciar ou manter o sono; a hipersonia, marcada pelo excesso de sono durante o dia; e as parassonias, que incluem comportamentos anormais durante o sono, como sonambulismo, pesadelos e terror noturno. Também fazem parte desse grupo os distúrbios do ritmo circadiano, quando o relógio biológico fica desregulado, a síndrome das pernas inquietas e os distúrbios respiratórios do sono, como a apneia. "Muitas pessoas acreditam que dormir mal é normal ou que basta dormir mais no fim de semana para compensar noites ruins. No entanto, distúrbios do sono são condições médicas que podem e devem ser tratados", explica o neurologista.

Segundo o psiquiatra do HRJ, Ricardo Nogueira, a saúde mental está diretamente ligada aos distúrbios do sono. O profissional esclarece que ter boas noites de sono, com tempo e qualidade preservados, é considerado um fator de neuroproteção para o cérebro, reduzindo a incidência de transtornos mentais e sintomas psíquicos de uma forma geral. "Os distúrbios do sono podem precipitar sintomas psiquiátricos e favorecer o desenvolvimento de transtornos mentais, mas o inverso também é verdadeiro: os transtornos mentais frequentemente produzem alterações importantes no sono. Trata-se, portanto, de uma relação bidirecional, ou seja, é uma via de mão dupla," explica o especialista.

Ainda de acordo com o psiquiatra, diversos mecanismos ajudam a explicar como a má qualidade do sono prejudica a saúde mental. "A privação de sono pode causar desregulação emocional, alterações em neurotransmissores como serotonina, dopamina e noradrenalina, e aumento do cortisol, intensificando a resposta ao estresse. Como consequência, há maior irritabilidade, ansiedade, prejuízos de memória e atenção, elevando a vulnerabilidade à depressão e outros transtornos mentais," conclui.

Os profissionais de saúde orientam que, em caso de problemas relacionados ao sono, é importante buscar ajuda médica e evitar automedicação.

Fonte: https://www.saude.ba.gov.br/2026/03/16/especialistas-alertam-sobre-os-impactos-dos-disturbios-do-sono-na-saude-mental/. Acesso em: 21 de abr. 2026.

1ª QUESTÃO

O Texto I estabelece uma relação entre distúrbios do sono e saúde mental. Assinale a alternativa que expressa CORRETAMENTE essa relação.

a) Os distúrbios do sono são consequência exclusiva de fatores ambientais.
b) Trata-se de uma relação unilateral, em que apenas o sono influencia a saúde mental.
c) É uma relação bidirecional, na qual sono e saúde mental se influenciam mutuamente.
d) A saúde mental interfere no sono apenas em casos extremos.
e) Não há relação comprovada entre sono e saúde mental, apenas estudos inconclusivos.

2ª QUESTÃO

Quanto ao gênero textual e à função sociocomunicativa, o Texto I pode ser classificado como texto:

a) de divulgação científica, com predominância dissertativa e base em fontes especializadas.
b) jornalístico de divulgação científica, com função informativa e linguagem acessível ao público geral.
c) jornalístico de caráter injuntivo, com inserção de elementos meramente opinativos de especialistas.
d) expositivo-injuntivo, com defesa explícita de um ponto de vista sobre saúde pública.
e) instrucional, com orientações indiretas para a melhoria da qualidade do sono.

3ª QUESTÃO

No trecho do Texto I "Os distúrbios do sono podem precipitar sintomas psiquiátricos [...] mas o inverso também é verdadeiro", o conectivo "mas" desempenha papel fundamental na organização argumentativa do enunciado.

Considerando seu valor semântico-discursivo no contexto, assinale a alternativa CORRETA.

a) Expressa uma relação conclusiva, sintetizando logicamente a informação apresentada no segmento anterior.
b) Estabelece uma relação explicativa, esclarecendo a causa dos sintomas psiquiátricos mencionados anteriormente.
c) Introduz uma relação de adição, ampliando a informação anterior com um dado complementar de mesma orientação argumentativa.
d) Indica uma relação condicional implícita, sugerindo que o segundo enunciado depende da veracidade do primeiro.
e) Marca uma relação de oposição/contraste, reorganizando a orientação argumentativa ao introduzir uma ideia que relativiza a anterior.

4ª QUESTÃO
Observe as assertivas a seguir construídas a partir do Texto I.

I- O termo "diversos", em "diversos distúrbios" (2º parágrafo), funciona como pronome indefinido.
II- O termo "que", em "que chama atenção" (1º parágrafo), atua como pronome relativo.
III- O termo "como", em "como sonambulismo" (2º parágrafo), exerce função de conjunção subordinativa.

É CORRETO o que se afirma em:

a) I e II, apenas.
b) III, apenas.
c) I, apenas.
d) II e III, apenas.
e) I, II e III.

5ª QUESTÃO
A partir das palavras retiradas do Texto I, analise as assertivas a seguir.

I- A palavra "neuroproteção" é formada por composição.
II- A palavra "irritabilidade" apresenta formação por derivação sufixal.
III- A palavra "desregulação" apresenta prefixação e sufixação.

É CORRETO o que se afirma em:

a) II e III, apenas.
b) I, II e III.
c) I e III, apenas.
d) I, apenas.
e) II, apenas.

6ª QUESTÃO
Sobre o Texto I, analise as assertivas a seguir.

I- Em "Dormir mal pode provocar dificuldades de memória", o sujeito é uma oração subordinada substantiva.
II- Em "os distúrbios do sono são condições médicas", há concordância nominal e verbal adequada.
III- O trecho em destaque em "Também fazem parte desse grupo os distúrbios do ritmo circadiano, quando o relógio biológico fica desregulado, a síndrome das pernas inquietas e os distúrbios respiratórios do sono, como a apneia." expressa uma oração subordinada adverbial temporal.

É CORRETO o que se afirma em:

a) II e III, apenas.
b) II, apenas.
c) I, apenas.
d) I e III, apenas.
e) I, II e III.

Leia o texto II para responder às questões de 07 a 11.

Texto II

Insônia
(Capital Inicial)

Meus olhos podem ver você, mas eles não enxergam
Perdido no relógio, um segundo que não quer passar
O travesseiro acorda e ri enquanto eu conto os dedos
E os cabelos que arranquei de tanto desejar
Dormir como uma pedra
Ter sonhos no chão
Eternamente ao som do mar azul e céu profundo
Morfeu deitou, adormeceu e esqueceu de mim
Metade do planeta no escuro abandona o dia
E eu aqui anoiteci querendo ser assim
Dormir como uma pedra
Ter sonhos no chão
No quarto as paredes em silêncio me observam
Jogado pelos cantos como os livros que eu já li
Será que eu devo levantar e dirigir sem rumo
Será que o sono chega se eu fingir que não estou aqui

Fonte: CAPITAL INICIAL. Insônia. Compositores: Arnaldo Jose Lima Santos, Fernando de Ouro Preto. [S. l.]: Abril Music; Warner, 2022. 1 gravação sonora. Disponível em: https://www.vagalume.com.br/capital-inicial/insonia.html. Acesso em: 20 abr. 2026.

7ª QUESTÃO

No verso "O travesseiro acorda e ri enquanto eu conto os dedos", observa-se o uso de um recurso expressivo que contribui para a construção do estado psicológico do eu lírico. Quanto ao uso de figuras de linguagem e a função da linguagem apresentada, há:

a) ironia e função fática, com manutenção do canal comunicativo.
b) metáfora e função referencial, pois há substituição objetiva de sentidos.
c) hipérbole e função conativa, com exagero voltado ao interlocutor.
d) personificação (prosopopeia) e função emotiva, evidenciando subjetividade.
e) eufemismo e função metalinguística, suavizando uma expressão técnica.

8ª QUESTÃO

No trecho "Metade do planeta no escuro abandona o dia / E eu aqui anoiteci querendo ser assim", o efeito de sentido é construído por meio de:

a) pleonasmo e eufemismo, reforçando e suavizando sentidos.
b) metonímia e ironia, indicando substituição e crítica social.
c) catacrese e hipérbato, reorganizando a ordem sintática.
d) antítese e comparação implícita, evidenciando contraste entre coletivo e individual.
e) paradoxo e gradação, intensificando progressivamente o conflito.

9ª QUESTÃO

No verso do Texto II "Meus olhos podem ver você, mas eles não enxergam", o efeito de sentido decorre de:

a) sinonímia perfeita entre "ver" e "enxergar", reforçando a ideia central.
b) antonomásia, ao substituir termos por equivalentes simbólicos.
c) polissemia e contraste semântico, diferenciando percepção física e compreensão.
d) paronímia, com aproximação sonora entre palavras distintas.
e) ambiguidade estrutural sem resolução contextual.

10ª QUESTÃO

A partir da leitura global do Texto II, é possível afirmar que o eu lírico:

a) descreve cientificamente os efeitos da privação de sono.
b) relata objetivamente hábitos cotidianos relacionados ao sono.
c) celebra o silêncio noturno como momento de tranquilidade plena.
d) defende a necessidade de disciplina para melhorar a qualidade do sono.
e) expressa angústia diante da insônia, utilizando imagens subjetivas e simbólicas.

11ª QUESTÃO

Considerando o Texto II, analise as assertivas a seguir quanto ao funcionamento das classes de palavras no texto.

I- No verso "Meus olhos podem ver você", o termo "meus" atua como pronome possessivo, estabelecendo relação de posse e contribuindo para a marca de subjetividade do eu lírico.
II- No trecho "E eu aqui anoiteci querendo ser assim", o termo "aqui" funciona como advérbio de lugar, reforçando a localização espacial e o isolamento do eu lírico.
III- No verso "O travesseiro acorda e ri", o termo "e" atua como conjunção coordenativa aditiva, conectando ações atribuídas ao mesmo sujeito.

É CORRETO o que se afirma em:

a) I e II, apenas.
b) II, apenas.
c) I, II e III.
d) III, apenas.
e) I, apenas.

Leia o Texto III para responder às questões de 12 a 15.

Texto III - Dona Anésia



Fonte: http://www.willtirando.com.br/anesia-324/ .Acesso em: 21 abr. 2026.

12ª QUESTÃO
A construção do humor na tirinha decorre principalmente de:

a) uma sequência narrativa estruturada com progressão temática previsível.
b) uma confluência comunicativa marcado por plena falha de compreensão entre interlocutores.
c) uma crítica implícita a comportamentos linguísticos no cotidiano.
d) um jogo entre correção gramatical e quebra de expectativa discursiva.
e) uma exposição didática de regras associadas ao uso da norma culta.

13ª QUESTÃO
Quanto ao gênero textual e à situação sociocomunicativa, a tirinha caracteriza-se como:

a) texto expositivo científico com base em regras gramaticais.
b) texto narrativo ficcional com foco em enredo contínuo.
c) texto instrucional com finalidade normativa explícita.
d) texto argumentativo formal voltado à defesa da norma culta.
e) texto multimodal humorístico, com crítica implícita.

14ª QUESTÃO
No trecho "acreditar em mim mesmo" / "acreditar em mim mesma", o efeito de sentido central decorre de:

a) ocorrência de polissemia no uso do verbo "acreditar" no contexto.
b) ambiguidade associada à correção gramatical quanto ao gênero do falante.
c) relação de sinonímia entre formas pronominais empregadas no enunciado.
d) emprego de antonomásia na construção identitária do sujeito enunciador.
e) aproximação paronímica entre as formas "mesmo" e "mesma".

15ª QUESTÃO
No trecho "Não acredito em você. Só em mim, mesmo.", a construção sintática evidencia:

a) coordenação assindética com elipse do verbo na segunda oração.
b) período composto por subordinação causal.
c) subordinação adjetiva explicativa.
d) coordenação sindética conclusiva.
e) período simples com predicado nominal.

RACIOCÍNIO LÓGICO

16ª QUESTÃO
Considere que cada proposição P, Q, R e S assume exatamente um valor lógico: verdadeiro (V) ou falso (F). Considere, ainda, os seguintes conectivos lógicos:

· ¬: negação;
· ∧: conjunção;
· ∨: disjunção;
· →: implicação.

Com base nessas informações, analise as afirmativas.

I- Se as proposições P e Q são verdadeiras, então a proposição ¬ ((¬P)∨(¬Q)) é falsa.
II- Se a proposição R é falsa e a proposição S é verdadeira, então a proposição R→¬S é verdadeira.
III- Se as proposições P e Q são verdadeiras e a proposição R é falsa, então a proposição (¬P∧Q)→(¬R) é verdadeira.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

a) II e III.
b) I.
c) II.
d) I e II.
e) III.

17ª QUESTÃO
João e Anna participaram de um concurso organizado pela CPCon. Ao término da prova, enquanto conversavam sobre a preparação para o certame, o seguinte diálogo aconteceu:

João: Eu estudei Raciocínio Lógico durante toda a semana ou você resolveu todas as provas anteriores da CPCon.

Anna respondeu imediatamente:
Anna: Isso não é verdade.

Sabendo que Anna falou a verdade, é CORRETO concluir que:

a) João estudou Raciocínio Lógico durante toda a semana e Anna não resolveu todas as provas anteriores da CPCon.
b) João estudou Raciocínio Lógico durante toda a semana e Anna resolveu todas as provas anteriores da CPCon.
c) João não estudou Raciocínio Lógico durante toda a semana e Anna não resolveu todas as provas anteriores da CPCon.
d) João não estudou Raciocínio Lógico durante toda a semana e Anna resolveu todas as provas anteriores da CPCon.
e) João estudou Raciocínio Lógico durante toda a semana ou Anna não resolveu todas as provas anteriores da CPCon.

18ª QUESTÃO
Considere as seguintes formas de inferência da lógica proposicional:

1. Modus Ponens.
2. Modus Tollens.
3. Silogismo Disjuntivo.
4. Princípio da Explosão.

Analise as situações apresentadas a seguir.

I- Ou Carlos estudou matemática ou estudou Raciocínio Lógico.
Carlos não estudou matemática.
Logo, Carlos estudou Raciocínio Lógico.
II- Se Anna compareceu à prova, então assinou a lista de presença.
Anna não assinou a lista de presença.
Logo, Anna não compareceu à prova.
III- Se João foi aprovado no concurso, então será convocado.
João foi aprovado.
Logo, João será convocado.
IV- Pedro compareceu à prova e Pedro não compareceu à prova.
Logo, qualquer proposição pode ser considerada verdadeira.

É CORRETO afirmar que a sequência é:

a) I- (2) – II- (4) – III- (1) – IV- (3).
b) I- (2) – II- (1) – III- (3) – IV- (4).
c) I- (3) – II- (1) – III- (4) – IV- (2).
d) I- (3) – II- (2) – III- (1) – IV- (4).
e) I- (1) – II- (2) – III- (3) – IV- (4).

19ª QUESTÃO

Negar uma proposição significa determinar exatamente as situações em que ela é falsa. A partir desse princípio, o matemático inglês Augustus De Morgan (1806–1871) estabeleceu importantes equivalências lógicas, conhecidas como Leis de De Morgan, que permitem negar proposições compostas de forma equivalente.

Durante uma aula de Raciocínio Lógico, quatro estudantes discutiam sobre a negação de proposições compostas.

João afirmou: a negação da proposição "P e Q" ocorre quando P é falsa, ou Q é falsa, ou ambas são falsas.
Anna disse: a negação da proposição "P ou Q" ocorre quando pelo menos uma das proposições é falsa.
Carlos comentou: a negação da proposição "Se P, então Q" ocorre quando P é verdadeira e Q é falsa.
Marina concluiu: a negação da proposição "P se e somente se Q" ocorre quando P e Q possuem o mesmo valor lógico.

Com base nas Leis de De Morgan e nas regras de negação das proposições compostas, é CORRETO afirmar que apenas:

a) João e Marina falaram a verdade.
b) João e Anna falaram a verdade.
c) Carlos e Marina falaram a verdade.
d) João, Carlos e Marina falaram a verdade.
e) João e Carlos falaram a verdade.

20ª QUESTÃO

O Paradoxo do Mentiroso é um dos paradoxos mais conhecidos da lógica e da filosofia. Ele surge quando uma proposição faz referência ao próprio valor de verdade, produzindo uma situação em que não é possível atribuir-lhe, de maneira consistente, apenas um dos valores lógicos "verdadeiro" ou "falso". Esse paradoxo motivou importantes estudos sobre lógica, linguagem e teoria da verdade (OLIVEIRA, 2022).

Fonte: OLIVEIRA, José Carlos de. O paradoxo do mentiroso: algumas reflexões sobre verdade e autorreferência. Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia, São Paulo, v. 19, n. 2, 2022. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/61444/47002. Acesso em: 27 jun. 2026.

Durante uma aula de Raciocínio Lógico, o professor apresentou quatro diálogos independentes e solicitou aos alunos qual deles representa corretamente um exemplo do Paradoxo do Mentiroso.

DIÁLOGO I
João: Anna faltou à aula.
Anna: João está mentindo.

DIÁLOGO II
Carlos: Todas as afirmações que faço nesta conversa são verdadeiras.
Marina: Carlos está dizendo a verdade.

DIÁLOGO III
Pedro: Lucas foi aprovado.
Lucas: Pedro está dizendo a verdade.

DIÁLOGO IV
Pedro: Sofia, qual foi a frase que você escreveu?
Sofia: Escrevi apenas isto: esta frase é falsa.

Com base na lógica clássica, é CORRETO afirmar que o diálogo que representa o Paradoxo do Mentiroso é apenas:

a) o Diálogo I.
b) o Diálogo IV.
c) o Diálogo II.
d) o Diálogo III.
e) os Diálogos III e IV.

21ª QUESTÃO
O Maior São João do Mundo, realizado no Parque do Povo, em Campina Grande, reúne programação, espaços de festa e venda de ingressos para diferentes setores e experiências, como camarotes e eventos associados ao período junino.
Em uma excursão para uma das noites da festa, 120 amigos decidiram comprar pulseiras com benefícios opcionais. Cada pessoa poderia escolher uma ou mais das seguintes vantagens:

C: acesso ao camarote.
B: serviço de bebidas.
R: possibilidade de sair e retornar ao evento na mesma noite.

Após a compra, verificou-se que:

· 63 compraram acesso ao camarote.
· 50 compraram serviço de bebidas.
· 40 compraram direito de saída e retorno.
· 25 compraram camarote e bebidas.
· 20 compraram camarote e saída/retorno.
· 18 compraram bebidas e saída/retorno.
· 10 compraram os três benefícios.
· 20 não compraram nenhum dos três benefícios.

Com base nessas informações, é CORRETO afirmar que, a quantidade de amigos que compraram exatamente dois desses benefícios é:

a) 35
b) 33
c) 43
d) 53
e) 73

22ª QUESTÃO
Durante a Copa do Mundo, dois amigos decidiram fazer apostas simbólicas antes de algumas partidas.

· João adotou a seguinte estratégia: na primeira aposta, colocou R$ 25,00 e, em cada nova aposta, aumentou R$ 15,00 em relação ao valor anterior.
· Anna adotou outra estratégia: na primeira aposta, colocou R$ 10,00 e, em cada nova aposta, dobrou o valor em relação ao valor anterior.
· Carlos observou os valores apostados pelos dois amigos e decidiu registrar apenas os valores que apareceram em ambas as estratégias, ainda que em apostas de ordens diferentes.

Considerando as apostas feitas até que Anna alcançasse o valor de R$ 320,00, e que João realizasse exatamente 10 apostas, é CORRETO afirmar que a soma dos valores registrados por Carlos foi:

a) R$ 200,00.
b) R$ 120,00.
c) R$ 160,00.
d) R$ 280,00.
e) R$ 240,00.

23ª QUESTÃO
Durante uma atividade de orientação, um agente partiu do Marco Zero olhando inicialmente para o norte. Em seguida, executou exatamente os comandos abaixo:

· caminhou 20m em frente.
· girou 90° no sentido horário e caminhou 15m.
· girou 90° no sentido horário e caminhou 8m.
· girou 90° no sentido anti-horário e caminhou 6m.
· girou 180° e caminhou 12m.
· girou 90° no sentido horário e caminhou 5m.
· girou 180° e caminhou 5m.

Desprezando irregularidades do terreno, ou seja, terreno plano, é CORRETO afirmar que a distância em linha reta entre a posição final do agente e o Marco Zero é:

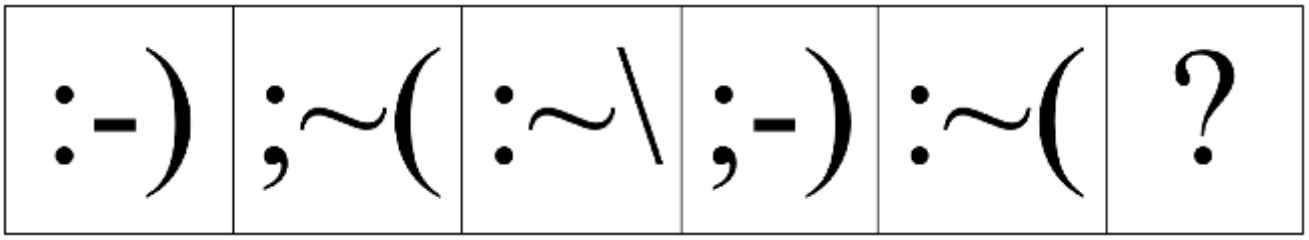
a) 19m.
b) 13m.
c) 16m.
d) 17m.
e) 15m.

24ª QUESTÃO

Em 19 de setembro de 1982, o cientista da computação Scott E. Fahlman, da Universidade Carnegie Mellon (EUA), propôs o uso das sequências :-) e :-(para indicar, respectivamente, mensagens em tom de brincadeira e mensagens sérias em fóruns eletrônicos. Observados de lado, esses caracteres representam expressões faciais simplificadas e ficaram conhecidos como emoticons, tornando-se um marco na comunicação digital e popularizando o uso de representações textuais de emoções em mensagens eletrônicas (Fahlman, 2021).

Fonte: FAHLMAN, Scott E. Smiley Lore :-). Pittsburgh: Carnegie Mellon University, 2021. Disponível em: https://www.cs.cmu.edu/~sef/Smiley2021.pdf. Acesso em: 29 jun. 2026.

Considere a sequência lógica de *emoticons* representada na figura a seguir.



Sabendo que a sequência segue um padrão lógico, é CORRETO afirmar que o símbolo que substitui corretamente a interrogação é:

a) ;~(
b) :-(
c) ;-)
d) ;~\
e) :~\

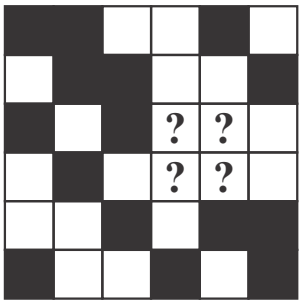
25ª QUESTÃO

O QR Code foi desenvolvido em 1994 pela empresa japonesa DENSO WAVE, inicialmente para tornar mais eficiente à identificação de informações em processos industriais. A sigla QR vem de Quick Response, isto é, "resposta rápida", em referência à leitura ágil do código. Embora um QR Code real utilize regras matemáticas mais complexas, considere, nesta questão, um código simplificado formado apenas por quadrados pretos e brancos.

Considere: ■ = quadrado preto; □ = quadrado branco

O código simplificado abaixo deve obedecer simultaneamente às seguintes regras:

I. Cada linha deve possuir exatamente 3 quadrados pretos.
II. Cada coluna deve possuir exatamente 3 quadrados pretos.



O bloco 2×2 que substitui CORRETAMENTE os quatro pontos de interrogação é:

a) 

b) 

c) 

d) 

e) 

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26ª QUESTÃO

O Sindicato dos Servidores de um município impetrou Mandado de Segurança Coletivo contra ato do Prefeito Municipal que, por decreto, suspendeu o pagamento do adicional por tempo de serviço a todos os servidores efetivos do Município, sob argumento de adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal. A Procuradoria do Município, ao prestar informações, sustentou (a) descabimento do Mandado de Segurança Coletivo por sindicato, (b) ausência de direito líquido e certo e (c) impossibilidade de litisconsórcio passivo necessário entre o Prefeito e o Município.

À luz da Constituição Federal, da Lei nº 12.016/2009 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é CORRETO afirmar que:

a) o sindicato somente pode impetrar Mandado de Segurança Coletivo mediante autorização expressa de cada um dos filiados beneficiários, em decisão tomada pela assembleia geral por maioria absoluta, entendimento sumulado pelo STF que se aplica indistintamente a sindicatos, associações e entidades de classe.

b) o sindicato pode impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos filiados, sem autorização especial. O Prefeito é a autoridade coatora, e deve-se dar ciência à representação judicial do Município para, querendo, ingressar no feito, conforme a Lei nº 12.016/2009.

c) o Mandado de Segurança Coletivo impetrado contra ato administrativo de Prefeito tem natureza ordinária e se sujeita ao prazo prescricional quinquenal previsto no Decreto nº 20.910/32, contado da data da edição do decreto municipal impugnado, sendo inaplicável o prazo decadencial do art. 23 da Lei nº12.016/2009 às pretensões coletivas.

d) a autoridade coatora, no caso de decreto editado por Prefeito, é o Secretário Municipal de Administração, em razão da competência delegada para a gestão de pessoal, devendo o Prefeito Municipal, eventualmente, ser cientificado apenas como interessado, sem necessidade de notificação para prestar informações.

e) o Mandado de Segurança Coletivo é incabível quando a impugnação versa sobre direito patrimonial dos servidores, devendo a controvérsia ser veiculada por ação ordinária com pedido de tutela provisória, em razão da regra geral de subsidiariedade do mandado de segurança em matéria que envolva expressão econômica.

27ª QUESTÃO

Servidor público efetivo municipal foi acionado em ação de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público em 2024, sob a imputação de ato descrito no art. 10 da Lei nº 8.429/92 (lesão ao erário), por suposto prejuízo aos cofres municipais. Os fatos descritos na petição inicial ocorreram entre 2018 e 2019 e teriam sido praticados culposamente. A defesa pretende sustentar a improcedência do pedido com fundamento no novo regime instituído pela Lei nº 14.230/2021.

Considerando o atual regime jurídico da improbidade administrativa e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é CORRETO afirmar que:

a) em razão da natureza civil da ação de improbidade administrativa, conforme art. 17 da Lei nº 8.429/92, a Lei nº 14.230/2021 não pode retroagir para beneficiar o réu, mesmo quando lhe seja mais favorável, em razão da regra do art. 5º, XL, da Constituição Federal aplicar-se exclusivamente ao Direito Penal.

b) o regime da Lei nº 14.230/2021 manteve a possibilidade de configuração da improbidade administrativa por culpa em todos os tipos legais, especialmente no art. 10, em razão da preservação do interesse público na recomposição do erário, sendo descabida qualquer alegação de retroatividade benéfica em ações anteriormente ajuizadas com fundamento em conduta culposa.

c) a Lei nº 14.230/2021 fixou prazo prescricional de cinco anos contados do conhecimento do fato pelo Ministério Público, sem qualquer hipótese de interrupção, sendo inaplicáveis as causas de interrupção previstas nos arts. 202 e 204 do Código Civil ou no art. 240 do Código de Processo Civil.

d) a configuração da improbidade exige dolo nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa (LIA); segundo o Tema 1.199 do STF, a revogação da modalidade culposa não atinge a coisa julgada, mas alcança atos culposos anteriores ainda sem condenação transitada em julgado, cabendo ao juízo examinar eventual dolo do agente.

e) a jurisprudência do STF firmou tese no sentido de que a abolição da modalidade culposa no art. 10 da Lei nº 8.429/92 produz efeitos exclusivamente quanto às ações ajuizadas após a vigência da Lei nº 14.230/2021, mantendo-se a higidez de toda condenação anterior, ainda que pendente de recurso, em homenagem ao princípio do *tempus regit actum*.

28ª QUESTÃO

Uma Câmara Municipal aprovou lei que concedeu isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) a determinada categoria de prestadores de serviços, sem prévia estimativa de impacto financeiro-orçamentário e sem demonstração de adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal. O Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o respectivo Tribunal de Justiça, sob fundamento de violação à Constituição do Estado. O Município, ao apresentar manifestação, suscitou preliminares e teses de mérito.

Sobre o controle abstrato de constitucionalidade em âmbito estadual, considere as proposições a seguir:

I- Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, nos termos do art. 125, § 2º, da CF/88.

II- Se o parâmetro estadual reproduz norma da Constituição Federal de observância obrigatória, cabe recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o acórdão do Tribunal de Justiça na representação de inconstitucionalidade, e a decisão do STF terá eficácia *erga omnes*.

III- A medida cautelar deferida pelo Tribunal de Justiça em representação de inconstitucionalidade tem efeito *ex tunc* obrigatoriamente, sendo vedada a modulação temporal pelo órgão julgador, em razão da inexistência de previsão expressa no art. 125, § 2º, da CF/88.

IV- É vedado ao constituinte estadual atribuir a legitimação para agir na representação de inconstitucionalidade a um único órgão, nos termos do art. 125, § 2º, da CF/88.

V- A decisão do Tribunal de Justiça que, em representação de inconstitucionalidade, declara lei municipal incompatível com a Constituição Estadual produz efeitos erga omnes e vinculantes no âmbito do Estado.

É CORRETO o que se afirma em:

a) I, II, III, IV e V.
b) III e V, apenas.
c) II e IV, apenas.
d) I e III, apenas.
e) I, II, IV e V, apenas.

29ª QUESTÃO

Um Município pretende contratar solução tecnológica complexa para gestão integrada de saúde e educação, cuja especificação técnica não pode ser previamente delineada com a precisão necessária pela Administração. A Secretaria Municipal solicita à Procuradoria parecer sobre a possibilidade de utilização da modalidade diálogo competitivo, bem como sobre a estruturação do agente de contratação e da comissão de contratação no certame, à luz da Lei nº 14.133/2021.

Considerando os arts. 6º, 8º, 32 e 78 da Lei nº 14.133/2021, é CORRETO afirmar que:

a) o diálogo competitivo é modalidade aplicável exclusivamente a contratações da União Federal, em razão do caráter restrito da inovação técnica e por exigir estrutura administrativa especializada, sendo vedada sua adoção por Municípios de pequeno porte, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União.

b) o diálogo competitivo, por se tratar de modalidade nova, é cabível em qualquer contratação de bens, serviços ou obras, dispensando a demonstração das hipóteses do art. 32, sendo a única exigência legal a presença de complexidade técnica acima da média de mercado, aferida unilateralmente pela autoridade contratante.

c) na modalidade diálogo competitivo, é vedada a participação de comissão de contratação, sendo a condução do certame atribuição privativa do agente de contratação individualmente, ainda que a complexidade do objeto demande análise multidisciplinar, em razão da regra geral do art. 8º, caput, da Lei nº14.133/2021.

d) a figura do agente de contratação foi instituída pela Lei nº 14.133/2021 em substituição obrigatória ao pregoeiro e à comissão de licitação em todas as modalidades, devendo ser servidor efetivo cumulativamente do quadro permanente do órgão e do quadro técnico do Ministério da Economia, sob pena de nulidade do certame.

e) observados os requisitos do art. 32, o diálogo competitivo permite discutir soluções com licitantes pré-selecionados. O certame será conduzido por comissão de ao menos três servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração, admitido assessoramento técnico por profissionais contratados.

30ª QUESTÃO
Maria, aprovada em concurso público para o cargo efetivo de Procuradora Municipal, tomou posse em janeiro de 2023. Em outubro de 2025, foi notificada de processo administrativo disciplinar instaurado para apurar conduta supostamente incompatível com o cargo, com proposta de exoneração por inaptidão para o serviço público em estágio probatório. A defesa sustenta que (a) Maria já adquiriu estabilidade, pois decorridos mais de três anos da posse; (b) é incabível exoneração em estágio probatório sem prévio processo administrativo regular com contraditório e ampla defesa; (c) a competência para instaurar o procedimento é da autoridade que praticou o ato de nomeação.

À luz do art. 41 da CF/88 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é CORRETO afirmar que:

a) a estabilidade exige três anos de efetivo exercício e avaliação especial por comissão; não se confunde com o estágio probatório, de igual duração. A exoneração por inaptidão exige procedimento regular, contraditório e ampla defesa, conforme a Súmula 21 do STF.
b) a estabilidade é adquirida automaticamente após dois anos de exercício efetivo, sendo o prazo de três anos do art. 41 da CF/88 mera referência para o estágio probatório, conforme entendimento sumulado pelo STF, sendo descabida a exoneração após esse prazo sem processo administrativo disciplinar com pena de demissão.
c) a exoneração de servidor em estágio probatório por inaptidão é ato discricionário da Administração, dispensando-se o contraditório e a ampla defesa em razão da natureza precária do vínculo no estágio probatório, conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de mandados de segurança correlatos.
d) embora o art. 41 da CF/88 exija avaliação especial de desempenho como condição para aquisição da estabilidade, a omissão da Administração em proceder à avaliação configura aquiescência tácita, gerando estabilidade automática após o triênio, sendo vedado qualquer ato posterior tendente à exoneração.
e) a competência para a exoneração de servidor em estágio probatório é privativa do Ministério Público, na qualidade de fiscal da legalidade do ato administrativo, devendo a autoridade nomeante apenas executar a decisão definitiva proferida em sede de procedimento de fiscalização instaurado pelo Ministério Público.

31ª QUESTÃO
Estudante da rede municipal de ensino, em horário regular de aula e dentro das dependências de escola pública municipal, sofreu lesões corporais graves após ter sido agredido por colega durante intervalo, sem qualquer presença de funcionário responsável pela vigilância no pátio. Os pais ajuizaram ação indenizatória contra o Município, sustentando responsabilidade objetiva por omissão custodial. A Procuradoria do Município, em contestação, argumentou (a) responsabilidade subjetiva por se tratar de omissão; (b) culpa exclusiva de terceiro (o agressor); (c) ausência de nexo causal entre a conduta omissiva do Município e o dano.

Considerando o art. 37, § 6º, da CF/88 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é CORRETO afirmar que:

a) a responsabilidade do Estado por omissão é sempre subjetiva, exigindo prova de culpa anônima da Administração (faute du service), entendimento que se aplica indistintamente a todas as hipóteses de omissão estatal, inclusive a casos de custódia escolar, conforme orientação majoritária do STF.
b) na omissão custodial, como a guarda de alunos da rede pública em horário escolar, a responsabilidade do Município é objetiva, na modalidade do risco administrativo (CF/88, art. 37, § 6º), bastando dano e nexo causal, sem prova de culpa; no caso, a falha específica de vigilância afasta a alegação genérica de culpa exclusiva de terceiro.
c) a responsabilidade do Estado por dano causado por terceiro a aluno no interior de escola pública é exclusivamente civil dos pais ou responsáveis legais, não havendo responsabilidade da Administração quando o dano decorrer de ato de outro particular, ainda que o evento ocorra em horário escolar e nas dependências do estabelecimento.
d) a responsabilidade do Estado, em razão da regra do art. 37, § 6º, da CF/88, é objetiva apenas para danos causados diretamente por agentes públicos — funcionários, servidores, prestadores de serviço público —, não se aplicando à hipótese de dano causado por terceiro, ainda que sob custódia estatal, hipótese que se rege pelo art. 932, II, do Código Civil.
e) embora a responsabilidade do Estado em omissão custodial seja objetiva, o STF tem entendido que o nexo causal pode ser afastado pela tese da causa direta e imediata (art. 403 do CC), de modo que a agressão por colega configura concausa que afasta integralmente a responsabilidade do Município, devendo o ressarcimento ser buscado diretamente do agressor ou de seus pais.

32ª QUESTÃO
Pedro obteve sentença de procedência, transitada em julgado em fevereiro de 2025, condenando o Município ao pagamento de R$ 38.000,00 a título de indenização por danos materiais. Iniciado o cumprimento de sentença, o credor requereu a expedição imediata de Requisição de Pequeno Valor (RPV), sustentando que o valor está abaixo do teto estadual. A Procuradoria do Município, intimada, apresentou impugnação alegando (a) excesso de execução nos cálculos apresentados; (b) impossibilidade de RPV no caso, pois o regime do Município não fixou valor de pequeno valor por lei municipal própria.

À luz dos arts. 534 e 535 do CPC e do art. 100, § 3º e § 4º, da CF/88, é CORRETO afirmar que:

a) a expedição de RPV em favor de credor da Fazenda Municipal independe de qualquer trânsito em julgado da decisão, podendo ocorrer mesmo na pendência de impugnação da Fazenda Pública, em razão da natureza alimentar do crédito e da prevalência do princípio da efetividade da tutela jurisdicional sobre o regime ordinário de precatórios.
b) os Municípios não podem fixar valor próprio de pequeno valor por lei municipal, sendo o limite uniforme em todo o território nacional fixado pela União em valor correspondente a 60 salários-mínimos, conforme art. 87 do ADCT, sendo nula qualquer disposição municipal em sentido diverso, em razão da competência privativa da União em matéria de organização orçamentária.
c) a obrigação de impugnar o valor pleiteado em excesso de execução, no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, é do exequente, que deve apresentar memória de cálculo detalhada e justificativa para cada parcela acrescida ao valor principal, sob pena de não conhecimento da arguição de excesso de execução pela Fazenda Pública.
d) lei municipal pode fixar **l**imit**e** de RPV não inferior ao maior benefício do RGPS; sem ela, valem trinta salários-mínimos. Alegando excesso, a Fazenda deve declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de, em regra, não conhecimento da arguição, sem afastar a conferência judicial, de ofício, dos cálculos à luz do título.
e) o valor de R$ 38.000,00 corresponde, no caso de Município sem lei própria, ao precatório, e não à RPV, em razão da regra do art. 100, § 3º, da CF/88, que impõe a expedição de precatórios em todas as condenações superiores a 20 salários-mínimos vigentes na data da liquidação, independentemente do ente federativo.

33ª QUESTÃO
Empresa licitante derrotada no certame de uma Prefeitura ajuizou ação ordinária com pedido de tutela provisória de urgência, postulando a suspensão imediata da execução do contrato firmado entre o Município e a empresa adjudicatária e o pagamento antecipado dos valores que entende ter direito caso fosse contratada. O juízo de primeira instância concedeu a tutela em ambos os pedidos, determinando a suspensão da execução contratual e o pagamento imediato pelo Município. A Procuradoria do Município interpôs agravo de instrumento sustentando a violação às restrições legais aplicáveis a liminares contra a Fazenda Pública.

Considerando a Lei nº 8.437/1992, a Lei nº 12.016/2009 e o art. 1.059 do CPC, é CORRETO afirmar que:

a) a tutela provisória de urgência contra a Fazenda Pública pode ser concedida em qualquer hipótese, desde que presentes os requisitos do art. 300 do CPC (probabilidade do direito e perigo de dano), sendo as restrições da Lei nº 8.437/92 declaradas tacitamente revogadas pelo Código de Processo Civil de 2015.
b) as restrições legais à concessão de tutela provisória contra a Fazenda Pública aplicam-se exclusivamente ao mandado de segurança, conforme art. 7º, § 2º, da Lei nº 12.016/09, não havendo restrições para tutela provisória em ações ordinárias, em razão do princípio do contraditório e da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF/88).
c) aplicam-se à tutela contra a Fazenda as restrições válidas da Lei nº 8.437/1992, incluindo, em regra, a vedação à liminar que esgote o objeto da ação, como o pagamento antecipado. O art. 7º, § 2º, da Lei nº12.016/2009 foi declarado inconstitucional na ADI 4.296.
d) o CPC, no art. 1.059, dispensa a aplicação das restrições da Lei nº 8.437/92 quando a tutela provisória for fundada em prova robusta da probabilidade do direito, em razão da maior segurança jurídica que tal lastro probatório confere ao deferimento liminar.
e) a pretensão de antecipação de pagamento de valores devidos pela Fazenda Pública em razão de contratação administrativa frustrada é matéria que comporta tutela provisória sem restrição legal, em razão da natureza alimentar do crédito de empresa contratada e da prevalência do princípio da efetividade da tutela jurisdicional.

34ª QUESTÃO
Sobre o instituto da remessa necessária, disciplinado no art. 496 do Código de Processo Civil, considere as proposições a seguir:

I- Estão sujeitas à remessa necessária a sentença proferida contra os Municípios e suas autarquias e fundações de direito público e a que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
II- Não há remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico for de valor certo e líquido inferior a 100 salários-mínimos, para os Municípios que não sejam capitais e suas autarquias e fundações de direito público.
III- A remessa necessária incide também quando a sentença estiver fundada em súmula de tribunal superior, acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos, ou em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
IV- Dispensa-se a remessa necessária quando a sentença estiver fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
V- Sem apelação tempestiva, o juiz ordenará a remessa; se não o fizer, o presidente do tribunal avocará os autos, nos casos legalmente sujeitos ao reexame.

É CORRETO o que se afirma em:

a) I, II, III e V, apenas.
b) I, III e IV, apenas.
c) I, II, IV e V, apenas.
d) II, IV e V, apenas.
e) I, II, III, IV e V.

35ª QUESTÃO
Empresa privada, contratada por condomínio privado para a prestação de serviços de limpeza e coleta interna de resíduos, é responsável pela condução do caminhão coletor de resíduos. Durante a jornada habitual de trabalho e em horário de coleta, motorista da contratada, em manobra imprudente, atingiu veículo particular de terceiro, causando-lhe danos materiais e morais. O lesado ajuizou ação indenizatória contra a empresa contratada e o motorista, sustentando responsabilidade solidária.

Considerando os arts. 186, 927, 932, III, 933 e 942, parágrafo único, do Código Civil, é CORRETO afirmar que:

a) provada a culpa do motorista, a empresa responde pelos danos por ele causados no exercício do trabalho ou em razão dele, independentemente de culpa própria (CC, arts. 932, III, e 933), e ambos respondem solidariamente, podendo ser demandados em conjunto (art. 942, parágrafo único).
b) a responsabilidade do empregador pelos atos do empregado, prevista no art. 932, III, do CC, depende da prova de culpa in eligendo ou in vigilando, conforme entendimento sumulado pelo STF que mantém o regime subjetivo de responsabilidade do preponente sobre os atos do preposto, em razão da regra geral do art. 186 do CC.
c) em razão da regra do art. 933 do CC, a responsabilidade do empregador é objetiva, mas não há solidariedade entre empregador e empregado, devendo o lesado demandar um ou outro, alternativamente, sem possibilidade de cumulação subjetiva no polo passivo da ação.
d) a responsabilidade do empregador pelos atos do empregado é hipótese de responsabilidade subjetiva qualificada, conforme art. 932, III, do CC, exigindo prova do dolo do empregador na contratação ou na manutenção do empregado.
e) em razão do princípio da pessoalidade da responsabilidade civil, o motorista responde isoladamente pelos danos causados em manobra imprudente, sendo a empresa contratada parte ilegítima na ação, salvo prova de culpa direta do empregador na escolha do empregado.

36ª QUESTÃO
Um Município é proprietário de imóvel urbano, originariamente destinado a sediar Centro Cultural Municipal, atualmente desativado há mais de doze anos. O Poder Executivo pretende alienar o bem a particular, mediante prévio procedimento licitatório. A Procuradoria Municipal foi consultada sobre (a) a natureza jurídica atual do imóvel, (b) a necessidade de prévia desafetação por lei e (c) o regime jurídico aplicável à alienação.

Nos termos dos arts. 98 a 103 do Código Civil e da legislação aplicável às alienações administrativas, é CORRETO afirmar que:

a) os bens públicos, em razão da imprescritibilidade prevista no art. 102 do CC, são absolutamente inalienáveis, sendo nula qualquer tentativa de alienação, ainda que precedida de processo licitatório, em razão da natureza compulsória da preservação do patrimônio municipal.
b) validamente desafetado, o imóvel passa a bem dominical e pode ser alienado (CC, arts. 99, III, e 101), exigindo-se interesse público justificado, avaliação prévia, autorização legislativa e licitação na modalidade leilão (Lei nº 14.133/2021, art. 76, I).
c) a desafetação de bem público depende, em qualquer hipótese, de lei municipal específica que declare expressamente a perda da destinação, sendo insuficiente a cessação fática do uso público para alterar a natureza jurídica do bem, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
d) a alienação de imóvel municipal classificado como bem dominical dispensa autorização legislativa em qualquer caso, em razão da natureza patrimonial disponível desses bens, sendo bastante a deliberação administrativa do Chefe do Executivo.
e) a alienação de bens públicos é regida exclusivamente pelo Código Civil (arts. 99 a 103), não havendo necessidade de licitação prévia para a alienação de bem dominical, em razão da especialidade do regime civil sobre os bens públicos.

37ª QUESTÃO
A Secretaria de Finanças de um Município lavrou, em 2025, auto de infração contra contribuinte que, ao apresentar declaração de transação imobiliária realizada no mesmo ano para fins de recolhimento do ITBI, declarou valor de venda de R$ 180.000,00, valor inferior ao valor venal de referência previamente fixado pela Administração Municipal por ato administrativo unilateral em R$ 250.000,00. O fisco municipal arbitrou, com base no valor de referência, a base de cálculo em R$ 250.000,00. O contribuinte impugnou o lançamento administrativamente, sustentando a ilegalidade do arbitramento prévio sem instauração de processo administrativo regular.

Considerando o regime vigente em 2025, à luz do Código Tributário Nacional e da tese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.113 (REsp 1.937.821/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 24/02/2022), é CORRETO afirmar que:

a) segundo o Tema 1.113/STJ, a base de cálculo do ITBI é o valor de mercado do imóvel, desvinculado do IPTU; o valor declarado presume-se condizente com o mercado, só podendo ser afastado em regular processo administrativo (art. 148 do CTN), vedado o arbitramento prévio com base em valor de referência unilateral.
b) o Município pode fixar, por ato administrativo, valor venal de referência aplicável ao ITBI, dispensando-se a instauração de processo administrativo individualizado, em razão da presunção de veracidade dos atos administrativos e do interesse público na arrecadação tributária, entendimento consolidado no Tema 1.113 do STJ.
c) a base de cálculo do ITBI é necessariamente vinculada à base de cálculo do IPTU, em razão da identidade do fato gerador (titularidade ou transmissão de propriedade imobiliária), sendo defeso ao Município adotar valores distintos para os dois tributos, conforme art. 38 do CTN combinado com a jurisprudência consolidada do STF.
d) o arbitramento prévio da base de cálculo do ITBI é prerrogativa absoluta do Município, em razão da supremacia do interesse público, sendo o contribuinte obrigado a recolher o tributo sobre o valor unilateralmente fixado, podendo, posteriormente, postular a restituição do indébito mediante processo administrativo ou ação judicial.
e) a presunção de veracidade da declaração do contribuinte é relativa, podendo ser afastada pelo fisco mediante simples discordância dos valores, sem necessidade de processo administrativo regular, em razão do princípio da indisponibilidade do crédito tributário e da regra geral de auto-executoriedade dos atos administrativos.

38ª QUESTÃO
Sobre os limites de despesa com pessoal nos Municípios, conforme estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), considere as proposições a seguir:

I- A despesa total com pessoal dos Municípios não pode exceder 60% da receita corrente líquida, em cada período de apuração (art. 19 da LRF), limite repartido entre os Poderes Executivo e Legislativo na forma do art. 20.
II- Excedidos 95% do limite ao final do quadrimestre, ficam vedados ao Poder ou órgão que incorreu no excesso, ressalvadas as exceções do art. 22, parágrafo único, da LRF, a concessão de vantagens ou reajustes, a criação de cargos, a alteração de carreira que aumente despesa, o provimento ou a contratação de pessoal e a hora extra.
III- Não alcançada a redução no prazo e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão fica impedido, salvo exceções legais, de receber transferências voluntárias, obter garantia de outro ente e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e à redução da despesa com pessoal.
IV- Em regra, ultrapassado o limite, o percentual excedente deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências do art. 169, §§ 3º e 4º, da CF/88, como a redução de despesas com cargos em comissão e a exoneração de servidores não estáveis.
V- A LRF, no capítulo das despesas com pessoal, é norma de caráter administrativo restritivo, aplicando-se exclusivamente aos atos do Poder Executivo, não alcançando o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, em razão da autonomia institucional desses órgãos.

É CORRETO o que se afirma em:

a) I, II, III, IV e V.
b) I, II e V, apenas.
c) II, III e V, apenas.
d) III, IV e V, apenas.
e) I, II, III e IV, apenas.

39ª QUESTÃO

Roberto foi admitido, mediante concurso público, no quadro de empregados públicos de sociedade de economia mista vinculada a um Município, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho. Em 2025, após sete anos de serviços ininterruptos e com avaliações regulares de desempenho, foi notificado de dispensa imotivada, com o pagamento das verbas rescisórias devidas. Roberto ajuizou reclamação trabalhista postulando reintegração ao emprego, sustentando (a) inexistência de motivação no ato de dispensa; (b) ausência de prévio processo administrativo com contraditório e ampla defesa; (c) violação aos princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade e motivação dos atos administrativos.

Considerando o regime constitucional dos empregados públicos das empresas estatais e a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.022 da Repercussão Geral (RE 688.267/CE), é CORRETO afirmar que:

a) o empregado público de empresa estatal somente pode ser dispensado mediante prévio processo administrativo disciplinar com contraditório e ampla defesa, em paralelo ao regime do servidor estatutário, conforme entendimento sumulado pelo TST que estende as garantias da Súmula 21 do STF a todos os agentes públicos admitidos por concurso.
b) o empregado público admitido por concurso adquire estabilidade plena, equivalente à dos servidores estatutários, após três anos de efetivo exercício, conforme aplicação analógica do art. 41 da CF/88, sendo nula a dispensa imotivada e gerando direito à reintegração com pagamento integral dos salários do período de afastamento.
c) a dispensa de empregado público é sempre imotivada, em razão da natureza celetista do vínculo e da incidência integral do art. 477 da CLT, sendo descabida a exigência de motivação, ainda que se trate de empresa pública ou sociedade de economia mista, que se sujeitam ao regime jurídico do direito privado, conforme art. 173, § 1º, II, da CF/88.
d) conforme o Tema 1.022 do STF, com efeitos modulados para dispensas posteriores à publicação da ata do julgamento, a dispensa de empregado concursado de empresa pública ou sociedade de economia mista exige motivação em ato formal, com fundamento razoável, sem necessidade de processo administrativo nem de justa causa.
e) o regime de dispensa do empregado público depende da forma de admissão: empregados admitidos por concurso são equiparados aos servidores estatutários, com estabilidade após dois anos; empregados admitidos sem concurso submetem-se ao regime celetista puro, com dispensa imotivada, conforme distinção firmada pelo TST.

40ª QUESTÃO

A Justiça do Trabalho proferiu acórdão, em sede de recurso ordinário, condenando um Município ao pagamento de verbas trabalhistas a empregado público anteriormente dispensado, no valor total de R$ 22.000,00. Os fundamentos da decisão regional contrariaram súmula do Tribunal Superior do Trabalho. A Procuradoria Municipal pretende interpor recurso de revista, sustentando contrariedade à súmula do TST e violação direta de dispositivo legal.

Sobre o regime do recurso de revista e o instituto da transcendência (CLT, art. 896-A), considere as proposições a seguir:

I- Cabe recurso de revista contra acórdão de TRT em recurso ordinário, em dissídio individual, nas hipóteses legais de divergência jurisprudencial, contrariedade a súmula do TST ou a súmula vinculante do STF, violação literal de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
II- O TST examina previamente se a causa oferece transcendência econômica, política, social ou jurídica, sendo indicadores, respectivamente e entre outros, o elevado valor da causa, o desrespeito à jurisprudência sumulada do TST ou do STF, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado e a questão nova sobre legislação trabalhista.
III- O recurso de revista, dotado de efeito suspensivo e devolutivo, deve ser interposto diretamente ao Tribunal Superior do Trabalho no prazo de oito dias, sendo o juízo de admissibilidade exercido exclusivamente pela Corte Superior, sem qualquer análise pelo Tribunal Regional do Trabalho de origem.
IV- Sob pena de não conhecimento, cabe ao recorrente indicar o trecho da decisão que consubstancia o prequestionamento, apontar de forma explícita e fundamentada a contrariedade alegada e impugnar todos os fundamentos jurídicos da decisão, com demonstração analítica (CLT, art. 896, § 1º-A).
V- No recurso de revista, a Fazenda Pública municipal é isenta de custas, nos termos do art. 790-A, I, da CLT, e dispensada do depósito recursal, nos termos do art. 1º, IV, do Decreto-Lei nº 779/1969.

É CORRETO o que se afirma em:

a) II, III e IV, apenas.
b) I, II, III e V, apenas.
c) I, II, IV e V, apenas.
d) I, III e V, apenas.
e) I, II, III, IV e V.